Venda de Remédios Sem Receita: Conveniência ou Perigo? Análise Jurídica e Possíveis Crimes

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 29/08/2024



Introdução

A venda de remédios sem receita médica é um tema que suscita debates acalorados. Enquanto alguns argumentam que facilita o acesso a medicamentos essenciais, outros alertam para os perigos potenciais dessa prática. Neste artigo, vamos explorar os aspectos jurídicos da venda de remédios sem receita, analisar se é uma conveniência ou um perigo e identificar os possíveis crimes envolvidos, com base em fundamentos jurídicos.

O Que Diz a Legislação Sobre a Venda de Remédios Sem Receita?

A venda de medicamentos sem receita médica é regulamentada por diversas leis e normas no Brasil. Entre os principais fundamentos jurídicos, destacam-se:

Lei nº 5.991/1973: Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. O artigo 35 proíbe a venda de medicamentos sujeitos a prescrição médica sem a devida receita.

Resolução RDC nº 44/2009 da ANVISA: Estabelece boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos em farmácias e drogarias. A resolução reforça a obrigatoriedade da receita médica para a venda de medicamentos controlados.

Código Penal Brasileiro (CPB): O artigo 282 do CPB tipifica como crime a prática de ato privativo de médico, como a prescrição de medicamentos, por pessoa não autorizada.

Conveniência ou Perigo?

A venda de remédios sem receita médica pode ser vista sob duas perspectivas distintas:

Conveniência:

1. **Acesso Rápido a Medicamentos:** Facilita o acesso a medicamentos para tratar condições de saúde menores, como dores de cabeça ou resfriados.
2. **Redução de Custos:** Evita a necessidade de consultas médicas para obtenção de receitas, reduzindo custos para os pacientes.
3. **Desburocratização:** Simplifica o processo de aquisição de medicamentos, especialmente em situações de emergência.

Perigo:

1. **Riscos à Saúde:** O uso inadequado de medicamentos pode levar a efeitos colaterais graves, reações adversas e até intoxicações.
2. **Resistência a Antibióticos:** A venda indiscriminada de antibióticos sem receita contribui para o desenvolvimento de resistência bacteriana, um problema de saúde pública global.
3. **Automedicação:** Incentiva a automedicação, que pode mascarar sintomas de doenças graves e retardar o

diagnóstico e tratamento adequado.
4. **Falsificação de Receitas:** A prática pode fomentar a falsificação de receitas médicas, aumentando os riscos de uso inadequado de medicamentos controlados.

Possíveis Crimes Envolvidos na Venda de Remédios Sem Receita

A venda de medicamentos sem receita médica pode configurar diversos crimes, conforme previsto na legislação brasileira:

Exercício Ilegal da Medicina: O artigo 282 do CPB criminaliza o exercício ilegal da medicina, incluindo a prescrição e venda de medicamentos por pessoas não autorizadas.

Falsificação de Produtos Terapêuticos: O artigo 273 do CPB tipifica como crime a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais.

Venda de Medicamentos Sem Autorização: O artigo 33 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) criminaliza a venda de substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psíquica sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Fundamentos Jurídicos e Procedimentos Legais

Para responsabilizar os autores da venda ilegal de medicamentos, é necessário seguir procedimentos legais específicos e reunir provas adequadas:

1. **Fiscalização Sanitária:** A ANVISA e as vigilâncias sanitárias estaduais e municipais são responsáveis pela fiscalização do comércio de medicamentos, podendo realizar inspeções e apreensões.
2. **Denúncia:** Qualquer pessoa pode denunciar a venda ilegal de medicamentos às autoridades competentes, como a

ANVISA, a polícia ou o Ministério Público.
3. **Inquérito Policial:** A polícia deve conduzir uma investigação para apurar os fatos e identificar os responsáveis pela venda ilegal.
4. **Ação Penal:** Com base no inquérito, o Ministério Público pode oferecer denúncia contra os autores dos crimes, iniciando a ação penal.
5. **Provas:** Depoimentos de testemunhas, registros de vendas, laudos periciais e outros documentos são cruciais para fundamentar a ação penal.

Medidas de Prevenção e Educação

Para combater a venda ilegal de medicamentos e proteger a saúde pública, é essencial adotar medidas de prevenção e educação:

1. **Campanhas de Conscientização:** Promover campanhas educativas sobre os riscos da automedicação e a importância de seguir as orientações médicas.
2. **Treinamento de Profissionais:** Capacitar farmacêuticos e outros profissionais de saúde para identificar e denunciar práticas ilegais.
3. **Fiscalização Rigorosa:** Intensificar a fiscalização de farmácias e drogarias para coibir a venda ilegal de medicamentos.
4. **Parcerias:** Estabelecer parcerias entre órgãos de saúde, segurança pública e entidades de classe para fortalecer o combate à venda ilegal de medicamentos.

Conclusão

A venda de remédios sem receita médica é uma prática que apresenta tanto conveniências quanto perigos significativos. Embora possa facilitar o acesso a medicamentos, os riscos à saúde pública e os possíveis crimes envolvidos tornam essa prática ilegal e perigosa. Conhecer os fundamentos jurídicos e

os procedimentos legais é essencial para responsabilizar os autores e proteger a saúde da população. Ao promover a conscientização, a fiscalização e a educação, podemos combater a venda ilegal de medicamentos e garantir um uso seguro e responsável dos remédios.

FAQ – Venda de Remédios Sem Receita: Conveniência ou Perigo?

1. É legal vender medicamentos sem receita médica no Brasil?
No Brasil, a venda de medicamentos controlados e de prescrição obrigatória sem receita médica é ilegal. A venda desses medicamentos sem supervisão pode resultar em sanções legais.

2. Quais são os riscos associados à compra de medicamentos sem receita?
Comprar medicamentos sem receita pode levar a riscos à saúde, como o uso inadequado, efeitos colaterais graves e interações medicamentosas perigosas. Além disso, pode haver a possibilidade de adquirir produtos falsificados.

3. Quais tipos de medicamentos geralmente exigem receita médica?
Medicamentos controlados, como analgésicos opioides, ansiolíticos, antidepressivos e outros fármacos que podem causar dependência ou ter efeitos colaterais significativos, geralmente exigem receita médica.

4. Quais são as consequências legais para quem vende medicamentos sem receita?
Os responsáveis pela venda de medicamentos sem receita podem enfrentar penalidades que incluem multas, suspensão da licença de funcionamento e até mesmo processos criminais, dependendo da gravidade da infração.

5. O que a legislação diz sobre a venda de medicamentos?
A legislação brasileira, por meio da ANVISA e outras normas,

regulamenta a venda de medicamentos, estabelecendo que apenas farmácias e drogarias autorizadas podem comercializar medicamentos, e que muitos deles necessitam de receita.

6. Como identificar se um medicamento é seguro?
Para garantir a segurança de um medicamento, é importante adquiri-lo em farmácias autorizadas e consultar um profissional de saúde antes de iniciar qualquer tratamento.

7. A venda de medicamentos sem receita é uma prática comum?
Infelizmente, a venda de medicamentos sem receita ocorre em algumas situações, especialmente em mercados informais, o que representa um risco significativo para a saúde pública.

8. Quais são as alternativas seguras para obter medicamentos?
As alternativas seguras incluem consultar um médico para obter a receita necessária e adquirir medicamentos em farmácias regulamentadas, onde a qualidade e a procedência dos produtos são garantidas.

9. Como a sociedade pode se proteger dos riscos da venda de medicamentos sem receita?
A conscientização sobre os perigos da automedicação e a importância de seguir as orientações médicas são essenciais. Além disso, denunciar práticas ilegais pode ajudar a proteger a saúde pública.

10. O que deve ser feito em caso de suspeita de venda irregular de medicamentos?
Caso haja suspeita de venda irregular, é importante denunciar às autoridades competentes, como a ANVISA ou o Procon, para que possam investigar e tomar as devidas providências.